

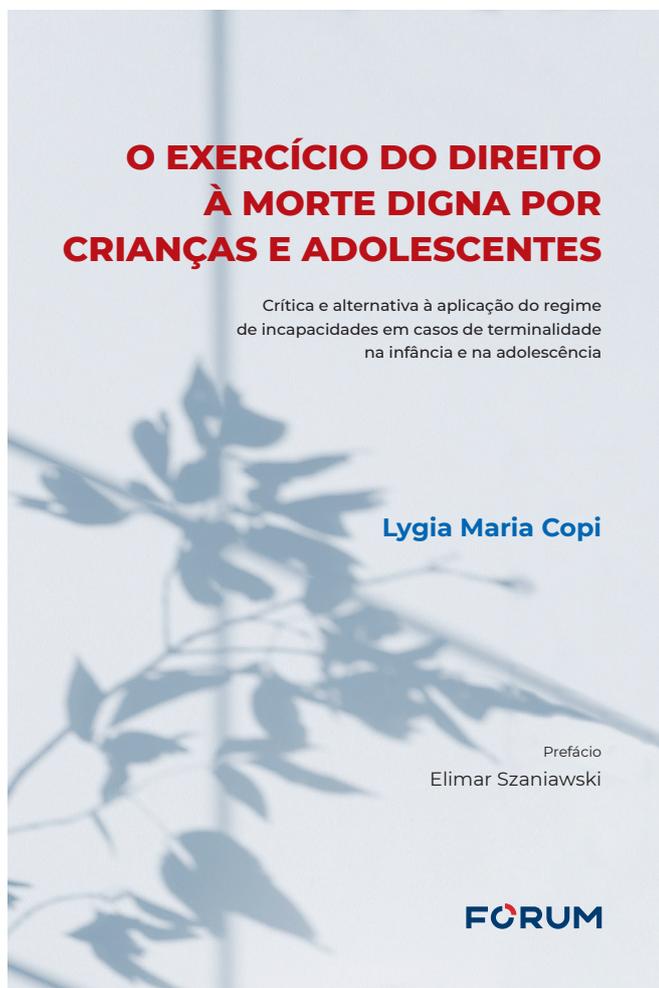
LYGIA MARIA COPI

O EXERCÍCIO DO DIREITO À MORTE DIGNA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CRÍTICA E ALTERNATIVA À
APLICAÇÃO DO REGIME DE
INCAPACIDADES EM CASOS DE
TERMINALIDADE NA INFÂNCIA E NA
ADOLESCÊNCIA

Prefácio

Elimar Szaniawski



No Brasil, um adolescente de dezessete anos, na véspera de seu aniversário, não pode realizar escolhas vinculantes sobre os tratamentos e procedimentos médicos a que irá se submeter, mesmo em casos de doenças terminais. Essas decisões, em virtude das regras de capacidade civil, recaem aos pais até que seja atingida a maioridade. Assim que completados dezoito anos, presume-se que a pessoa esteja apta a fazer escolhas dessa natureza. A artificialidade dessa sistemática é evidente, pois o processo de amadurecimento é gradual e heterogêneo. Nesta obra, o objetivo é de analisar se as regras de capacidade, como atualmente codificadas, mostram-se suficientes para as questões que envolvem direitos existenciais – como é o caso da recusa a procedimento de saúde – ou se estão em dissonância em relação ao projeto constitucional. Parte-se da hipótese de que frente a tais direitos, vinculados à livre promoção da personalidade humana, a separação entre titularidade e exercício permite violações à autonomia e à dignidade. A partir da crítica, identifica-se como alternativa a aplicação do instituto da capacidade para consentir.

Área específica

DIREITO CIVIL

Áreas afins

BIODIREITO. DIREITOS HUMANOS.
DIREITO DA INFÂNCIA.

Público-alvo/consumidores

ACADÊMICOS/AS DE GRADUAÇÃO E
PÓS-GRADUAÇÃO E ADVOGADOS/AS

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 10003067

C783 Copi, Lygia Maria

O exercício do direito à morte digna por crianças e adolescentes : crítica e alternativa à aplicação do regime de incapacidades em casos de terminalidade na infância e na adolescência / Lygia Maria Copi.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

134 p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-231-6

1. Direito Civil. 2. Biodireito. 3. Direitos Humanos. I. Título.

CDD: 342.1

CDU: 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COPI, Lygia Maria. O exercício do direito à morte digna por crianças e adolescentes: crítica e alternativa à aplicação do regime de incapacidades em casos de terminalidade na infância e na adolescência. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 134 p. ISBN 978-65-5518-231-6.

LYGIA MARIA COPI

Doutora em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e Bacharel pela mesma Instituição. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional (“Virada de Copérnico”). Advogada. Professora universitária.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Elimar Szaniawski	13
APRESENTAÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 2	
TERMINALIDADE, RECUSA A TRATAMENTO MÉDICO E O DIREITO À MORTE DIGNA	25
2.1 Recusa a tratamento médico por pacientes terminais na perspectiva da bioética e dos direitos da personalidade.....	26
2.1.1 Desenvolvimento biotecnológico e questões bioéticas acerca da terminalidade	27
2.1.2 A recusa a tratamento médico pelo prisma da bioética: entre paternalismo e autonomia.....	34
2.1.3 Breve histórico do paternalismo médico.....	37
2.1.4 A recusa a tratamento médico pelo prisma dos direitos da personalidade.....	39
2.2 Recusa a tratamento médico e dignidade do paciente terminal: o direito a versões plurais de morte digna.....	43
2.2.1 Aspectos essenciais da noção de dignidade humana.....	44
2.2.2 Dignidade e pluralismo: o direito à morte digna como construção pessoal.....	50
2.3 Autonomia sobre o corpo e consentimento livre e esclarecido.....	52
2.3.1 Contornos civis-constitucionais da autonomia privada	53
2.3.2 Recusa a tratamento médico e consentimento livre e esclarecido.....	56
2.3.3 O sujeito do consentimento livre e esclarecido: quem pode renunciar ao procedimento médico?	59
CAPÍTULO 3	
O REGIME DAS INCAPACIDADES: A IMPERTINÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS	63
3.1 A tutela à pessoa pelo ordenamento jurídico brasileiro – entre o <i>ter</i> e o <i>ser</i>	64
3.1.1 De sujeito de direito à pessoa humana: um caminho em construção ...	64
3.1.2 Personalidade: aptidão para ser sujeito de direito ou valor intrínseco da pessoa?.....	68
3.2 O regime das incapacidades do Código Civil de 2002.....	70
3.2.1 O regime originário das incapacidades do Código Civil de 2002: a priorização do <i>ter</i>	70
3.2.2 As alterações no regime das incapacidades promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência	75
3.3 Situações subjetivas existenciais: a necessidade de superação do patrimonialismo e de construção de regime diverso	79
3.3.1 O Direito Civil para além do patrimônio: a crise do direito subjetivo diante do reconhecimento dos direitos da personalidade...80	
3.3.2 As situações jurídicas existenciais e a necessidade de um regime diverso quanto à capacidade para exercê-las	85
CAPÍTULO 4	
O EXERCÍCIO DO DIREITO À MORTE DIGNA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES PACIENTES TERMINAIS	91
4.1 Crianças e adolescentes e situações jurídicas existenciais	93
4.1.1 A proteção à infância e à adolescência a partir da Constituição Federal, do Direito de Família na perspectiva eudemonista e do Estatuto da Criança e do Adolescente	94

4.1.2	A autonomia na infância e na adolescência para o exercício de situações jurídicas existenciais	97
4.2	Crianças e adolescentes pacientes terminais e renúncia a tratamento médico.....	100
4.2.1	Morte digna e discernimento da criança ou do adolescente para renúncia ao tratamento médico: alguns casos emblemáticos sobre o tema	100
4.2.2	Uma possível resposta ao problema: a <i>capacidade para consentir</i>	104
4.2.3	Crianças e adolescentes como autores de <i>testamento vital</i> : são válidas as declarações prévias de vontade formulada por incapazes?	110
4.2.4	Os limites da aplicação da <i>capacidade para consentir</i> às crianças e aos adolescentes brasileiros.....	115
CAPÍTULO 5		
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		123
REFERÊNCIAS.....		127